

CIDADES - a espacialização da paisagem cultural no tempo

Cláudio Lister Marques Bahia

RESUMO: A paisagem de uma cidade é mais do que o entendimento lógico-científico que se possa ter da própria cidade. Este trabalho faz uma investigação da paisagem pela dilatação do tempo e do espaço da cultura urbana, buscando a descrição de sua paisagem cultural. A geografia cultural não valoriza a paisagem apenas pela descrição do mundo físico e humano, mas enfatiza a descrição do mundo vivido. Este estudo da paisagem apresenta uma questão de ordem fenomenológica e uma abordagem metodológica.

ABSTRACT: The landscape of a city is more than the logical-scientific understanding that we can have from the city itself. This work is an investigation of the landscape by the expansion of urban culture's time and space, in search of a description of its cultural landscape. Cultural geography goes beyond the description of the physical and human world, emphasizing the description of the lived world. This study presents a phenomenological point of view and a methodological approach.

1. INTRODUÇÃO

A descrição da paisagem de uma cidade é mais do que qualquer entendimento lógico-científico que se possa ter da própria cidade. Esta reflexão formula outra investigação de paisagem pela dilatação do tempo e espaço da cultura urbana, passando a buscar outra descrição - a paisagem cultural das cidades. Pelo viés fenomenológico da geografia cultural, deixa-se de valorizar apenas a descrição do mundo físico e humano para também enfatizar a descrição do mundo vivido, onde a relação cidadão/cidade é percebida e interpretada pelos vários sujeitos que a vivenciam. Para tanto, propõe-se como base desta investigação: a *antropologia* - por considerar a questão do sentido da existência por meio da "leitura" do mundo social, aprofundando o conhecimento do homem pelo homem; a *fenomenologia* - por tratar a questão do espaço vivido, referindo-se a experiência primária, anterior a qualquer representação lógico-científica; e a *hermenêutica* - por abordar a questão da temporalidade vivida, pela fusão de horizontes do fato observado e do observador no seu momento presente. E, identifica-se, na dinâmica dessas três bases de investigação, um ponto convergente - a relação do homem com o espaço e o tempo, na qual se fundamenta toda a interpretação desta reflexão: cidades – a espacialização da paisagem cultural no tempo. Não se pretende

referir às espacializações urbanas apenas por meio de suas geografias, de suas experiências estéticas passadas, de suas arquiteturas visíveis e compositivas do cenário urbano, mas, antes de tudo, entender a paisagem das cidades como uma construção cultural da vida civil e da sociedade no tempo. Compreende-se que o território urbano é uma espacialidade dotada de valores socioculturais próprios de cada temporalidade. A questão que se apresenta pela investigação e construção da paisagem cultural das cidades implica uma territorialidade estabelecida pelo conjunto de práticas e expressões materiais e simbólicas que garantiram e garantem a apropriação e a permanência do lugar da sociedade urbana no espaço construído. Entende-se o espaço construído como um lugar cujo conceito está subordinado à organização espacial - é o espaço revestido da dimensão política, socioeconômica, cultural e de sentido identitário, histórico e relacional do sujeito que o habita.

Todavia, uma questão crucial permanece: afinal, o que é paisagem? Qual o significado contemporâneo do termo paisagem cultural? Observa-se, por hipótese, que o estudo da paisagem apresenta, sobretudo, uma questão de ordem epistemológica, e necessita de uma abordagem metodológica para sua compreensão. De acordo com George Bertrand (2020), a paisagem não é apenas recortes de elementos de determinada área do conhecimento humano de inter-relacionamento improcedente. É, em uma determinada porção do espaço e do tempo, o resultado da combinação dinâmica, desse modo instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, em uma relação dialética, tornam a paisagem um conjunto único e indissociável da vida humana, em constante evolução. Não se trata apenas da paisagem “natural”, mas da paisagem total que integra as implicações da ação antrópica.

O estudo da paisagem das cidades deve sim apresentar um problema de método. Principalmente, se a paisagem é adjetivada pelo termo cultural, o seu entendimento requer atenção de uma investigação científica, pois uma determinação de *paisagem cultural*, a priori, remete-se a um complexo ambiente de significação antropológica, que indica uma inicial e geral compreensão do termo *cultura*:

Sistemas de valores subjacentes que estruturam as tomadas de posturas fundamentais da vida cotidiana, que passam despercebidos à consciência dos sujeitos, mas são decisivos para a sua identidade individual e de grupo. (CERTEAU & GIARD & MAYOL, 1997: 347)

Considerando-se sua origem a partir da descrição do ambiente que envolve o homem, o estudo da paisagem cultural das cidades ocupa-se atualmente, com maior atenção, da rede relacional que historicamente liga os homens ao território.

Este trabalho objetiva uma base teórica geográfica para uma metodologia que construa um entendimento sobre paisagem cultural hoje. A questão metodológica para

a compreensão do termo paisagem cultural das cidades firma-se a partir de uma perspectiva transdisciplinar pela Geografia, Arquitetura e História.

2. IDENTIDADE, LUGAR E PAISAGEM

O termo paisagem remete sua origem ao século 15, e até o século 20 apresentou-se como vocábulo mais aplicado a atividade artística da pintura, e não provocando discussões sobre seu significado, nem maiores preocupações conceituais e muito menos foi tema específico de investigação. Entretanto, no século 20, paulatinamente o termo paisagem foi sendo desconsiderado pelas artes e vem se transformando em objeto da pesquisa acadêmica e, no século 21, tem se reafirmado na pluralidade conceitual, na formalidade estrutural e na forma de apreensão, passando a ser objeto de interesse de estudos de geógrafos, arquitetos e historiadores.

Numa perspectiva contemporânea da geografia cultural, Augustin Berque (1998) definiu paisagem a partir da dinâmica de dois conceitos: paisagem-marca e paisagem-matriz. *Marca*, pois expressa uma civilização, e *matriz* porque participa dos esquemas de percepção e de ação da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza, e, conseqüentemente a paisagem de seu ecúmeno. O estudo da paisagem, que tendo sua origem pela descrição do ambiente que envolve o homem, ocupa-se com maior atenção, com a rede relacional que historicamente liga, por exemplo, os cidadãos ao seu lugar – a cidade, e parte para uma investigação de relação dinâmica e dialética da paisagem em si e as categorias de análises estabelecidas por Roger Brunet (1995): fisionômica, da percepção e dos sistemas.

A paisagem além de carregar a marca da cultura se constitui também objeto privilegiado dos trabalhos da geografia cultural e cuja interpretação é uma tarefa fascinante para os geógrafos ocupados com as realidades culturais, entendendo que cultura é um fator essencial de diferenciação social, uma construção que permite aos indivíduos e grupos se projetarem no futuro e nos aléns variados; em suma, é a mediação entre os homens e a natureza e ainda pode-se constatar que a geografia cultural apresenta, desde seus primórdios, uma base antropológica e um crescente referencial fenomenológico, principalmente na publicação de *L'homme et laterre: nature de la réalité géographique* de Eric Dardel, em 1952, e no texto de apresentação da reedição pelos geógrafos franceses Jean-Marc Beese e Philippe Pinchemel, em 1990.

O pensamento fenomenológico iniciado nos meados do século 20 na geografia cultural revelou um processo de renovação no qual a tradição humanista, alicerçada em Ratzel e Vidal de La Blache, e a posição teórica da geografia cultural, em Sauer – Escola de Berkeley, foram reavaliadas por geógrafos contextualizados na valorização da

cultura. A nova tarefa da geografia cultural foi tratar de examinar o papel das paisagens na constituição das práticas políticas e culturais.

No pensamento tradicional geográfico a paisagem ocupou papel relevante, inclusive no âmbito da abordagem morfológica tradicional da cidade, sendo, posteriormente, abandonada pela corrente teórico-quantitativa, reemergindo na perspectiva humanística. O tema paisagem volta ao debate da geografia, como por exemplo:

- o conceito de paisagem urbana como aspecto particular da evolução geral do conceito de paisagem – maior riqueza de reflexão teórico-metodológico, acarretando facilidade na compreensão dos fundamentos epistemológicos nas variações históricas do termo;

- e o entendimento de paisagem cultural a partir da interação dos três temas da paisagem urbana abordados por Horácio Capel (2002) – a dinâmica morfológico-funcional urbana, a compreensão da cidade como fato cultural e análise tecnológica das informações espaciais (GIS).

No desenvolvimento do pensamento geográfico observa-se que na trajetória dos conceitos de paisagem identificam-se aspectos de convergências e divergências. A geografia cultural surge das paisagens e da diversidade dos gêneros de vida, e, pela cultura institui o sujeito, a sociedade e o lugar onde é desenvolvida a coletividade, resultando na identidade coletiva que delinea as marcas exteriores e explica as diferenciações dos sistemas de valores nos quais se desenvolvem os grupos humanos.

A perspectiva fenomenológica da geografia cultural valoriza e enfatiza a descrição do mundo vivido, onde a relação sujeito/objeto é percebida e interpretada pelos vários agentes. O sujeito que olha todas as coisas também pode olhar a si mesmo e reconhecer-se no que está vendo, como definiu Merleau-Ponty,

o mundo não é aquilo que penso, mas aquilo que eu vivo; estou aberto ao mundo, comunico indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável... ele é um meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas.(MERLEAU-PONTY, 1999: 14)

Esse *mundo* que não é o que se pensa, mas aquilo que se vive, esta relacionado na fenomenologia de Merleau-Ponty e também na geografia cultural de Dardel.

Para Dardel a Geografia não considera a natureza em si, mas a relação dos homens com a natureza, uma relação existencial que é, às vezes, teórica, prática, afetiva e simbólica, é o mundo da existência, dos lugares, da paisagem, que rearranja as dimensões do conhecimento, e principalmente lugar daquelas ações no mundo vivido.

A geografia cultural tomou parte das preocupações contemporâneas sobre as questões e fenômenos identitários, em especial pela identidade dos lugares e sua

interatividade na formação da consciência individual e de grupo, que, pela perspectiva de Dardel, foi elaborada a partir da geografia humanista. Os geógrafos humanistas, mesmo não tendo uma fundamentação fenomenológica, favoreceram as bases da fenomenologia na geografia ao pensar os lugares e as regiões como mundo vivido.

Mais recentemente, a geografia cultural apresentou um emergente e discreto viés fenomenológico em que se percebe a compreensão do espaço enquanto espaço vivido. E assim a paisagem, criadora e criatura do processo de urbanização, da rede urbana e da vida da cidade, constitui-se lugar fértil - mundo vivido, à investigação fenomenológica da geografia cultural, conforme afirmação de Werther Holzer (1996),

A paisagem, assim como o lugar e a região, é um desses termos que permitem à geografia colocar-se como uma das ciências das essências nos moldes propostos pela fenomenologia. Ela nos remete para o *mundo* que é um campo que se estrutura na relação do eu com o outro, o reino onde ocorre nossa história, onde encontramos as coisas, os outros e nós mesmos. (HOLZER, 1996: 72)

Pensando a fenomenologia na geografia cultural referenciada em Dardel, localiza-se também o pensamento de Edward Relph (1978), que compreende o lugar como mundo vivido, mas vai além ao definir que não há limites a serem delineados entre espaço, paisagem e lugar – *lugares têm paisagem, e paisagem e espaços têm lugares*. (RELPH, 1978: 3)

O lugar é entendido, conforme Mathias le Bossé (2004), como o baluarte fundamental da identidade cultural, não só pelo sentido naturalista, mas pelo vínculo fenomenológico que ancora naquilo que Dardel determinou como geograficidades. Os lugares desempenham papel fundamental na formação de consciências individuais e coletivas.

Hoje, se observada a epistemologia geográfica, de ciência moderna, preconizada por Kant, à fronteira da Geografia Cultural, reafirmada por Dardel encontra-se também os pensamentos do intelectual Thomas Kuhn, do filósofo sociólogo francês Henri Lèfebvre, do geógrafo americano Edward Soja e, no Brasil, também geógrafo Milton Santos, assistindo-se assim, nessa evolução, um crescente acirramento de uma realidade do conhecimento geográfico de intensa diversidade temática e de um cenário epistemológico difuso.

A partir dessa reflexão fenomenológica e epistemológica pode-se observar uma convergência de postura crítica entre três áreas de conhecimento distintas a Geografia Cultural, a Arquitetura e a História. Esta convergência toma nítido contorno quando se observa que os arquitetos contemporâneos têm considerado a cidade como um lugar distinto em suas formas de organização urbana, de manifestações cotidianas, de seus

ritos e de seu ritmo: a memória cultural das marcas da interação entre cidade e seus cidadãos na experiência vivida no seu momento presente, entendendo que a cidade revela uma paisagem significativa que confere ao seu morador a noção de pertencer a um lugar que é único, mundo vivido, e a um povo que tem identidade própria. Então, mais recentemente pela Arquitetura verifica-se que é a paisagem cultural das cidades que lhe confere unidade e situa o seu habitante no tempo e no espaço.

Afinal que paisagem é essa?

Pelo olhar contemporâneo, cultura e cidade são entendimentos indissociáveis e constituem o vetor componente do objeto desta reflexão - a paisagem cultural das cidades.

Destarte, apresenta-se aqui uma abordagem epistemológica aliada a uma ação transdisciplinar elegendo a Geografia, a História e a Arquitetura como ambientes investigatórios da paisagem cultural das cidades:

- a) a **História**, pela reflexão humanística; a análise histórica a partir dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série, de transformação. A História determina não somente questões de procedimento, mas também problemas teóricos.
- b) a Arquitetura, pela manifestação absolutamente coletiva, inseparável da formação da civilização e objeto permanente universal e necessário, no qual a arquitetura é dado real que se remete à experiência concreta do sujeito no mundo, assumindo dimensão existencial e, concomitantemente, caracterizando-se em suas bases estáveis - ambiente propício à vida e intencionalidade estética, nesse sentido diferindo-a de outras artes e ciências por dar forma concreta à sociedade, e ainda estar intimamente relacionada à natureza. A arquitetura dos edifícios não representaria mais que um aspecto de uma realidade mais complexa, de uma estrutura particular, mas ao mesmo tempo, seria o dado último verificável dessa realidade mais concreta com o qual se pode encarar a cidade. Nesta perspectiva, considera e caracterizam-se os edifícios como “fatos urbanos”(ROSSI, 1998: 22). Na ideia de Amos Rapoport (1969), segundo certa ênfase conceitual e projetual arquitetônica, entendeu-se a arquitetura como um ambiente construído organizado por quatro elementos: espaço, tempo, comunicação e significado, que caracterizam os edifícios como espaços arquiteturais qualificados como lugares, dotados de significação, e fundamentalmente espacializados pela praxe social. E, numa simplificação de sua própria ideia, Rapoport concluiria que ao conceber um projeto arquitetônico organiza-se o tempo e o espaço. Bernard Tschumi (1999), ainda, opôs-se à noção superestimada da forma arquitetural, mais particularmente reintegrou o termo função, e reescreveu o movimento das

peças no espaço junto com a ação e eventos que se localizam dentro do campo político-social arquitetônico. A definição de Arquitetura como simultaneamente espaço e evento trouxe de volta o interesse político ou, mais precisamente, a questão do espaço como relativo à prática social. Concluiu Bernard Tschumi, que, se a Arquitetura não é “forma pura”, nem exclusivamente determinada pela estrutura sócio-econômica ou funcional, a pesquisa para a sua definição deve-se desenvolver na dimensão urbana. Observou-se que tais autores ao relacionarem o homem ao ambiente construído, consideraram os edifícios como obras de Arquitetura que fundamentam e organizam-se no tempo e espaço da existência humana. Entenderam, como na aceção de Maurice Merleau-Ponty (1945), formulada na sua obra *Fenomenologia da Percepção*, o espaço não como uma categoria abortada das coisas, mas o mediador de sua existência. Se espacialmente está implícita a dimensão da existência do homem nas definições de arquitetura de Rapoport e Tschumi pelo entendimento de que “o corpo é o sujeito do espaço – o espaço é existencial porque pertence a própria essência do ser”, como definiu Merleau-Ponty (1999: 337), esses autores compreenderam também que o tempo está relacionado com a vivência. Essa vivência é a experiência temporal no espaço vivido, além de representar valores estruturantes da memória e da existência rotineira da vida urbana, nos quais a interação de obras de arquitetura do passado e o momento presente estabelecem a tarefa de integração pétreia entre o agora e o antes. E, finalmente, na consolidação do tempo e espaço dos edifícios como ambiente da práxis social, a Arquitetura mostra-se transcendente de sua própria representação cultural, por não ser apenas um testemunho de uma forma de organização dada pela cultura, mas por ser também sua guardiã, conferindo, à questão edilícia e urbana da Arquitetura status de fato cultural.

- c) a Geografia, pela natureza científica; dentro de uma perspectiva de estudos urbanos na geografia cultural, procura-se a partir de uma atitude epistemológica uma metodologia que resulte numa definição de paisagem cultural. A Geografia como ciência sempre foi esse pensamento extraordinariamente ativo, essa anterioridade de tratar todo ser e seu ambiente a princípio como objeto em geral e no segundo momento nas particularidades, a um tempo como se eles nada fossem, e no entanto se achassem predestinados aos nossos artificios. Portanto, manifesta-se sempre no homem uma forma de pensamento de natureza geográfica, no qual indagações de ordem espacial, tais como aquelas associadas à localização, ao deslocamento e ao território imediato, ainda emergem como

questões indissociáveis da sobrevivência. ou melhor, epistemologicamente do empirismo à ciência e fenomenologicamente um retorno às coisas mesmas¹.

Entende-se que a paisagem cultural, a partir da Geografia, da Arquitetura e da História, é um aspecto fundante e peculiar da civilização, representativa do processo de intenção do homem com o meio natural, considerando o caráter dinâmico da cultura com a qual a vida e a ciência humana produzem, por exemplo, a cidade - suas formas de organização, suas manifestações cotidianas, seus ritos, seu ritmo - imprimindo marcas ou atribuindo valores à paisagem urbana.

3. PAISAGEM CULTURAL – uma questão de método transdisciplinar

No século 20, o termo cultura apresentou um esgotamento de seu significado, restringindo-se a uma discussão particular da vida social, concebida como um “modo vida cultivado” como também no “estado mental do desenvolvimento de uma sociedade”. (ORTIZ, 1988: 19). E, a paisagem urbana entendeu-se pelo caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre o território urbano e pela sua convivência com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social.

Objetiva-se, portanto, compreender e interpretar a cidade pela sua dinâmica cultural e seus predicados morfológico-funcionais para que, numa ação posterior, compreender e interpretar o espaço urbano constitua o acontecimento do objeto observado - a própria cidade.

A conceituação de paisagem cultural das cidades está alicerçada no patrimônio de cultura da sociedade, formado por bens de natureza material e imaterial, nos quais se incluem as formas de expressão, saberes e fazeres, criações científicas, artísticas e tecnológicas, as edificações, os conjuntos urbanos, espaços para manifestações artístico-culturais, sítios de valores históricos e paisagísticos, e outros.

Com a instrumentalização e os pressupostos teórico-metodológicos da transdisciplinaridade geoarquitetônica-histórica ocupa-se esta reflexão, que após uma abordagem histórico-evolutiva dos conceitos de paisagem cultural e, em particular, de paisagem urbana, passa-se da imprescindível fundamentação epistemológica do estudo da paisagem urbana à investigação empírica da paisagem e sua inerente relação orgânica com a evolução urbanística das cidades.

Nesse panorama, uma problematização se faz possível pela transdisciplinaridade da Arquitetura e Urbanismo, da Geografia e da História – o entendimento da paisagem cultural como ação para estruturação conceitual da atividade do arquiteto-urbanista no

¹ Termo husserliano: resgate das experiências primárias anterior a qualquer representação. Retorno ao mundo da vida que precede o conhecimento lógico-científico

processo e sobre o fenômeno da urbanização contemporânea e sua consequente intervenção e preservação.

A constituição do patrimônio cultural e da memória urbana é uma prática característica dos Estados modernos, que pelos seus agentes, recrutados entre os intelectuais, e seus instrumentos jurídicos, abalizam um conjunto de bens naturais ou construídos na esfera pública. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos urbanos e naturais, esses bens merecem proteção, visando à sua transmissão às gerações futuras. E, mais do que garantir sua transmissão, é necessário também o entendimento de que a cidade como paisagem cultural, no seu tempo presente, é um território significativo que confere ao morador a noção de pertencer a um lugar que é único e a um povo que tem identidade própria. A partir do patrimônio e da memória urbana, contextualizam-se não apenas o bem de referência, mas todo o espaço apropriado historicamente e constituído na paisagem urbana. A paisagem da cidade tem vitalidade porque tem lastro e porque vive, inserindo-se dinamicamente no tempo, companheiro das gerações, e é constituída para além da sua imagem física, delineando-se por um conceito mais amplo e dinâmico de cidade – *paisagem cultural*, entendendo-se por cultura, como Vidal de La Blache, aquilo que se interpõe entre o homem e o meio, e humaniza as paisagens. Mas, é também uma estrutura geralmente estável de comportamento, que interessa descrever e explicar.

Destarte, apresenta-se como base metodológica uma abordagem epistemológica aliada a um substrato legal e a uma ação transdisciplinar, elegendo a Geografia, a História e a Arquitetura como ambiente investigatório. Contudo, com raras exceções, as pesquisas, por exemplo, não se têm envolvido com a sofisticação teórica e nem com o papel no processo social da paisagem.

Neste estudo, a paisagem cultural é fundamentada e organizada no *tempo e espaço* da existência humana; e o *tempo* está relacionado com a vivência e essa vivência é a experiência temporal no espaço vivido, além de representar valores estruturantes da memória e da existência rotineira da vida urbana, nas quais a interação do passado e o momento presente estabelecem a tarefa de integração pétreia entre o agora e o antes.

E, finalmente, na consolidação do *tempo e espaço* como ambiente da práxis social, a paisagem cultural mostra-se transcendente de sua própria representação cultural, por não ser apenas um testemunho de uma forma de organização dada pela cultura, mas por ser também sua guardiã, conferindo à questão paisagem das cidades status de *fato cultural*.

Assim, pela abordagem fenomenológica da historicidade e preservação da essência do conteúdo epistemológico da evolução do espaço e tempo urbano, este

trabalho organiza a transversalidade *do pensamento geográfico, arquitetônico e histórico* pelas rupturas epistemológicas e paisagens das cidades.

Como investigação dos limites da faculdade humana de conhecimento e os parâmetros condicionantes da validade desses conhecimentos entende-se a epistemologia da cultura urbana que, juntamente às fronteiras com a pesquisa geográfica, histórica e arquitetônica, define-se:

- a análise e os critérios intermediadores da dinâmica da aquisição do saber a partir de situação empírica para o conhecimento científico;

- e a estrutura transversal de um pensamento geoarquitetural-histórico.

Entendendo a transdisciplinaridade como última fronteira do processo cognitivo humano, não só pela transversalidade do conhecimento da Geografia, da História e da Arquitetura, mas como também pelo procedimento científico a partir de um pensamento complexo que visa à criação de uma meta e não de um ponto de vista, inicialmente, referencia-se, no espaço e tempo, nos conhecimentos geográficos, arquitetônicos e históricos - pelas identidades e territorialidades das rupturas epistemológicas socioculturais, e no termo paisagem - pela amplitude e polissemia conceitual. O objetivo não está em fazer uma adição de conhecimentos, mas selecionar e organizar conhecimentos necessários para o entendimento da paisagem cultural de Cidades, advindo da ciência geográfica e sua linha tênue que limita o comprometimento e a autoridade das outras disciplinas – Arquitetura e História.

Por meio da estrutura de temporalidades de ruptura e consequente matriz epistemológica e transdisciplinar geoarquitetural-histórica, a paisagem cultural apresenta-se como um conceito-chave, a partir do qual se supõe a construção de uma abordagem metodológica mais rica para o entendimento do termo na contemporaneidade. Assim, dentro de ambientes culturais distintos descritos pelas rupturas epistemológicas geoarquitetural-históricas, observa-se que os conceitos de paisagem não estabelecem unanimidades temporais ou disciplinares, mas uma mutação permanente. Entendimentos diversificados convivem em diferentes momentos históricos, mesmo que alguns significados – objetivos e subjetivos, marca e matriz, real e representação, material e imaterial – apareçam dominantes em alguns períodos e conceitos menos evidentes atravessem uma temporária latência para uma renovação posterior.

Este estudo é uma abordagem investigativa da paisagem cultural intencionalizado e fundamentado em uma metodologia transdisciplinar de pesquisa estabelecida sobre uma interpretação de base fenomenológica e hermenêutica, por meio de um observador situado no presente, que percebe as cidades a partir de sua experiência cultural através do tempo. Este estudo apresenta a questão urbanística referenciada ao itinerário

antropológico das cidades, pressupondo a construção cultural da imagem urbana associada à identidade do cidadão, no tempo e no espaço, pela atitude transdisciplinar da Geografia e seus limites com a História e a Arquitetura da cidade.

Desse modo, a questão metodológica para a compreensão do termo paisagem cultural firma-se a partir de uma perspectiva transdisciplinar e pauta-se tanto pela identificação e análise de rupturas, paisagens do conhecimento geográfico e pela análise transdisciplinar – Geografia, Arquitetura e História.

Bibliografia

- BERTRAND, Georges e BERTRAND, Claude. *Une géographie traversière – l'environnement a travers territoires et temporalities*. Paris: Edition Argument, 2002.
- BERQUE, Augustin. *Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural*. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.83-89. [orig.: _____. L'Espace Géographique, t.XIII, n.1, jan/mar 1984, p.33-34.]
- BRUNET, Roger. *Analyse des paysages et sémiologie: éléments pour un débat*. In: ROGER, Alain (Org.) La théorie du paysage en France: 1974-1994. France: Champ Vallon, 1995. p.7-20. [orig.:
- BOSSÉ, Mathias Le. *As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas*. In: Paisagens, Texto e Identidade. Org.: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p.157
- CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002. 544p. [v.I – Sociedad, cultura y paisaje urbano.]
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, v.2. 1997.
- DARDEL, Eric. *L'homme et la terre – nature de la réalité géographique*. Paris: Ed. CTHS, 1990. (1ª edição Paris: PUF, 1952).
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- HOLZER, Weber. *A discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente*. In: Revista Território, Rio de Janeiro, ano IV, 1996, p. 70
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira. – cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

RAPOPORT, Amos. *House, form and culture*. Englewood Cliff, NJ: Prentice Hall, 1969.

RELPH, Edward C. *As Bases Fenomenológicas da Geografia*. In: *Geografia* 4(7), pp. 1-25, Abril, 1978.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TSCHUMI, Bernard. *Architecture and disjunction*. Londres: MIT Press, 1999